

Marx e o Sul Global: conectando história e teoria do valor¹

1 Tradução do artigo intitulado *Marx and the global South: connecting history and value theory*, disponível em: <https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/>

2 Lucia Pradella é professora de Economia Política Internacional no *King's College London*. Sua pesquisa se concentra nos temas imperialismo, eurocentrismo e alternativas ao neoliberalismo e à crise econômica global. É autora de *Globalization and the Critique of Political Economy: New Insights from Marx's Writings* (Ed. Routledge, 2014) e de *L'Attualità del Capitale: Accumulazione e impoverimento nel capitalismo globale* (Ed. Il Poligrafo, 2010). Foi coeditora das obras *Routledge Handbook of Marxism and Post-Marxism* (2020) e *Polarizing Development: Alternatives to Neoliberalism and the Crisis* (Ed. Pluto, 2014).

Autora convidada:

Lucia Pradella

King's College London, Londres, Reino Unido.²

Traduzido por:

Rodrigo Moreno Marques

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG).

Manoel Dourado Bastos

Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR).



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

Este artigo examina a crítica da economia política de Marx no contexto do Sul Global e das epistemologias do sul. Inicialmente, traça as raízes contraditórias de uma concepção não-eurocêntrica da história em Adam Smith. Ao recuperar as sociologias do colonialismo de Marx, silenciadas em seus textos e cadernos de anotações, o artigo mostra que Marx incorporou o colonialismo e o imperialismo em suas análises da acumulação. O antagonismo entre trabalho assalariado e capital deve ser entendido como uma tendência global, abrangendo uma hierarquia de formas de exploração e opressão. O apoio de Marx à revolução de Taiping (1850-1864) teve papel crucial em sua teorização, ainda que isso seja frequentemente ignorado. Ela permitiu que Marx reconhecesse o potencial vivo das lutas anticoloniais e das solidariedades internacionais, rompendo, assim, com as explicações eurocêntricas da história. O artigo conclui que é crucial para os futuros globais da sociologia que ela reencontre a crítica da economia política e aprenda ativamente com o sul anti-imperialista.

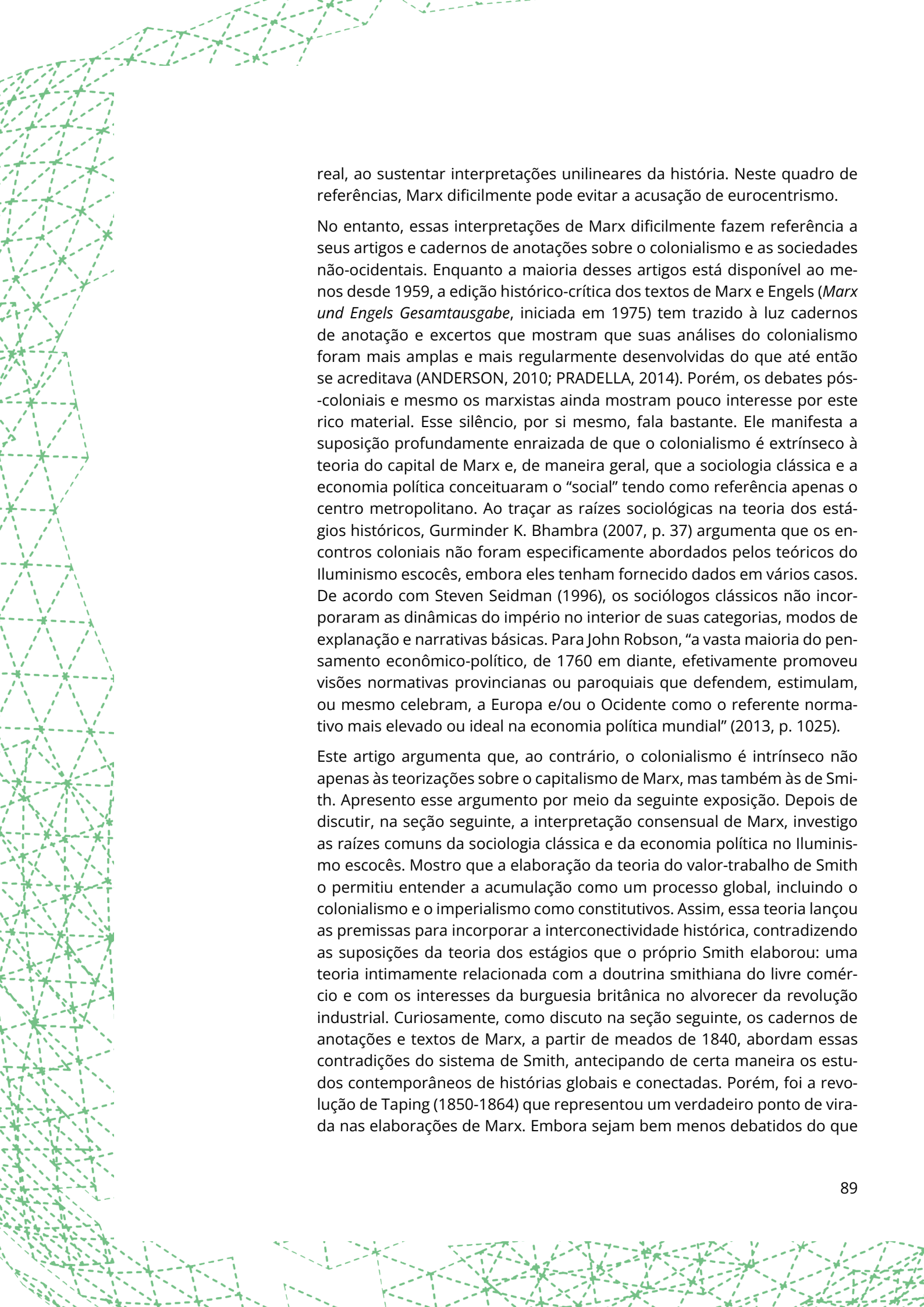
Palavras-chave: China, colonialismo, histórias conectadas, sociologia histórica, Karl Marx, Adam Smith, epistemologias do sul, teoria do valor.



Introdução

A emergência, no centro da política mundial, de povos que foram por séculos submetidos ao colonialismo ocidental é uma transformação contínua cujo significado dificilmente pode ser superestimado. No despertar do movimento anticolonial e da descolonização, intelectuais do Sul Global desafiaram as divisões “tradicionais” das ciências sociais, considerando-as resultantes e reforçadoras de fissuras coloniais (AMSELLE, 1990; VAN DER LINDEN, 2008; WOLF, 1995). Contudo, dado o profundo enraizamento do colonialismo nas estruturas de poder da economia política global, as “abisais linhas globais” que dividem as sociedades metropolitanas e periféricas permanecem reproduzindo a si mesmas (SANTOS, 2014b). Assim, as lutas por justiça social no Sul foram acompanhadas por uma proliferação de estudos que clamam por reconhecimento do saber produzido no Sul e reformulação das ciências sociais como tal (CONNELL, 2007; KEIM *et al.*, 2014). A fim de que este projeto não resulte em uma pluralização de vozes que deixem intactas as referências eurocêntricas, é fundamental repensar os passados da Sociologia de maneira a dar conta da interconexão do desenvolvimento global (BHAMBRA, 2007b). Como destaca a proposta de epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos (2014b), esse esforço depende crucialmente da construção e validação de conhecimento nas lutas de grupos sociais contra a injustiça e opressão.

O presente artigo argumenta que a crítica da economia política de Marx é relevante para essa tarefa. Esse argumento pode soar provocador, se não infundado. Vários intelectuais pós-coloniais, de fato, leem Marx como um defensor do colonialismo europeu (CHATURVEDI, 2010; HOBSON, 2013). Enquanto Edward Said (1978), Gayatri Spivak (1991) e Dipesh Chakrabarty (2008) também identificaram elementos emancipatórios na crítica da economia política de Marx, sociólogos marxistas da história, como o velho Giovanni Arrighi e Andre Gunder Frank, foram mais desdenhosos. Em *Reorient*, Frank (1998, p. 9) retrata Marx como um cúmplice e defensor do imperialismo ocidental, tal qual intelectuais como Max Weber ou Oswald Spengler. Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi (2007) se baseia em Adam Smith, em vez de Marx, para interpretar os desafios lançados pela reemergência da China como o centro da economia mundial. As próprias trajetórias intelectuais de Frank e Arrighi manifestam uma profunda incapacidade da sociologia histórica marxista em responder teoricamente à ascensão dos estudos pós-coloniais e da história global. Embora as teorias dos sistemas-mundo e as teorias do desenvolvimento desigual e combinado (DD&C) deem atenção (em vários graus) ao colonialismo e ao imperialismo, de fato, elas não os incorporaram em seus próprios fundamentos teóricos. Intelectuais nessas tradições supõem, como os pensadores pós-coloniais, que a crítica da economia política de Marx estaria restrita à Grã-Bretanha como uma sociedade fechada em si mesma, separada de sua realidade colonial. Esse arcabouço autocentrado cria um abismo entre a teoria do desenvolvimento capitalista e sua forma histórica



real, ao sustentar interpretações unilineares da história. Neste quadro de referências, Marx dificilmente pode evitar a acusação de eurocentrismo.

No entanto, essas interpretações de Marx dificilmente fazem referência a seus artigos e cadernos de anotações sobre o colonialismo e as sociedades não-ocidentais. Enquanto a maioria desses artigos está disponível ao menos desde 1959, a edição histórico-crítica dos textos de Marx e Engels (*Marx und Engels Gesamtausgabe*, iniciada em 1975) tem trazido à luz cadernos de anotação e excertos que mostram que suas análises do colonialismo foram mais amplas e mais regularmente desenvolvidas do que até então se acreditava (ANDERSON, 2010; PRADELLA, 2014). Porém, os debates pós-coloniais e mesmo os marxistas ainda mostram pouco interesse por este rico material. Esse silêncio, por si mesmo, fala bastante. Ele manifesta a suposição profundamente enraizada de que o colonialismo é extrínseco à teoria do capital de Marx e, de maneira geral, que a sociologia clássica e a economia política conceituaram o “social” tendo como referência apenas o centro metropolitano. Ao traçar as raízes sociológicas na teoria dos estágios históricos, Gurminder K. Bhambra (2007, p. 37) argumenta que os encontros coloniais não foram especificamente abordados pelos teóricos do Iluminismo escocês, embora eles tenham fornecido dados em vários casos. De acordo com Steven Seidman (1996), os sociólogos clássicos não incorporaram as dinâmicas do império no interior de suas categorias, modos de explanação e narrativas básicas. Para John Robson, “a vasta maioria do pensamento econômico-político, de 1760 em diante, efetivamente promoveu visões normativas provincianas ou paroquiais que defendem, estimulam, ou mesmo celebram, a Europa e/ou o Ocidente como o referente normativo mais elevado ou ideal na economia política mundial” (2013, p. 1025).

Este artigo argumenta que, ao contrário, o colonialismo é intrínseco não apenas às teorizações sobre o capitalismo de Marx, mas também às de Smith. Apresento esse argumento por meio da seguinte exposição. Depois de discutir, na seção seguinte, a interpretação consensual de Marx, investigo as raízes comuns da sociologia clássica e da economia política no Iluminismo escocês. Mostro que a elaboração da teoria do valor-trabalho de Smith o permitiu entender a acumulação como um processo global, incluindo o colonialismo e o imperialismo como constitutivos. Assim, essa teoria lançou as premissas para incorporar a interconectividade histórica, contradizendo as suposições da teoria dos estágios que o próprio Smith elaborou: uma teoria intimamente relacionada com a doutrina smithiana do livre comércio e com os interesses da burguesia britânica no alvorecer da revolução industrial. Curiosamente, como discuto na seção seguinte, os cadernos de anotações e textos de Marx, a partir de meados de 1840, abordam essas contradições do sistema de Smith, antecipando de certa maneira os estudos contemporâneos de histórias globais e conectadas. Porém, foi a revolução de Taping (1850-1864) que representou um verdadeiro ponto de virada nas elaborações de Marx. Embora sejam bem menos debatidos do que

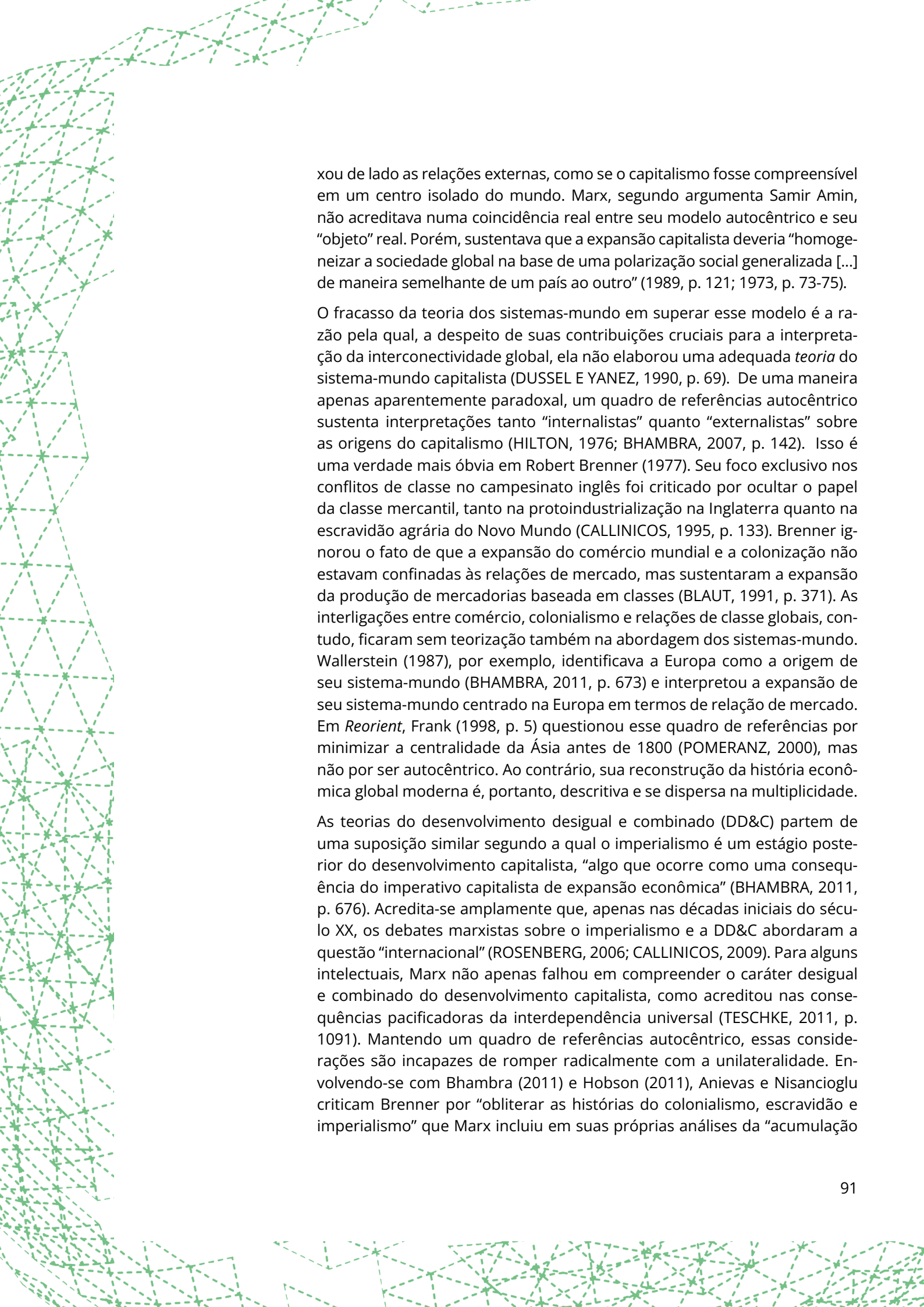
3 Discuto em detalhes o conteúdo desses artigos e o conceito de modo de produção asiático de Marx em Pradella (2010, 2014, 2015).

seus problemáticos artigos sobre a Índia³, em seus escritos sobre a China, Marx pela primeira vez apoiou lutas populares na Ásia contra a dominação colonial. “Aprender com o Sul”, usando as palavras de Santos (2014b), levou Marx a romper radicalmente com as concepções burguesas do capitalismo e da história mundial. Sua crítica do capital como um sistema imperialista, conforme argumento na próxima seção, está sustentada por esse reconhecimento da interconexão de diferentes modos de transformação social.

Marx dentro e além do eurocentrismo

A convergência das críticas, vindas de intelectuais pós-coloniais e marxistas que acusam Marx de eurocêntrico, está enraizada em uma interpretação de sua crítica da economia política que é comum. Em geral, assume-se que Marx pensou o capital “à imagem de uma unidade que despontou em uma parte do mundo num período particular e, então, desenvolveu-se globalmente durante o tempo histórico” (CHAKRABARTY, 2008, p. 47). O modelo autocêntrico (metodologicamente nacionalista) e o modelo eurocêntrico estão intimamente interligados. Considerar que a sociedade corresponde ao Estado e ao território nacional, de fato, ofusca o papel constitutivo do colonialismo e do imperialismo, levando a uma naturalização das desigualdades internacionais que resultam do desenvolvimento capitalista. Isso fundamenta compreensões unilaterais da história de acordo com as quais cada povo deve passar pelas mesmas etapas para alcançar o desenvolvimento. Nesse modelo, o mundo é visto pelas lentes europeias e a ação dos povos não-europeus é rebaixada ou silenciada, a ponto de apoiar o colonialismo e o imperialismo ocidentais (BLAUT, 1993, p. 15-16). Questionar a ideia de sociedades como entidades fechadas é, portanto, crucial para repensar os fundamentos conceituais da história moderna (WASHBROOK, 1997, p. 417).

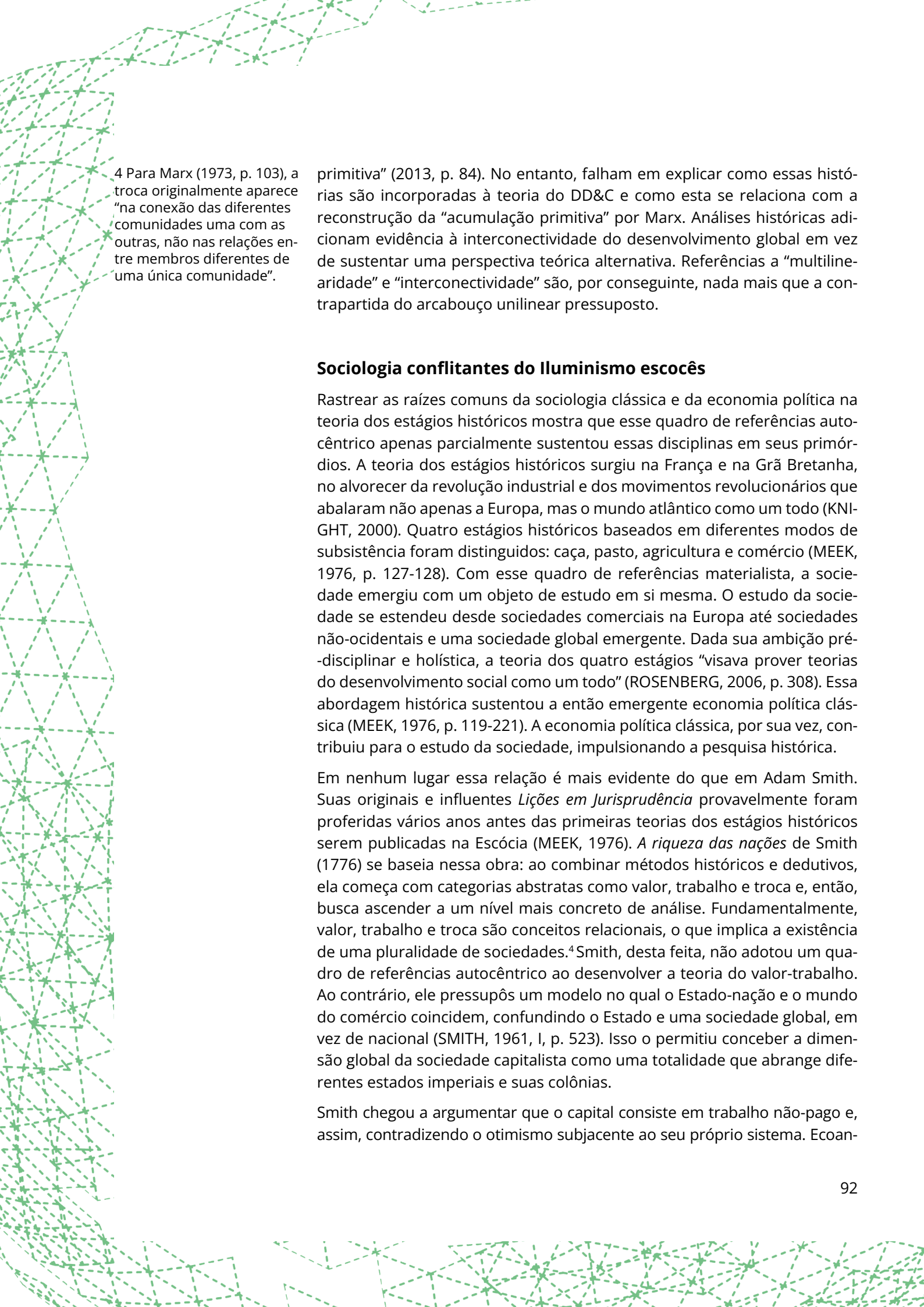
É notável, entretanto, que, dentro dessa interpretação consensual, embora Marx não possa escapar da acusação de eurocentrismo, ele todavia a transcende parcialmente. Na visão de Spivak (1999, p. 99), por exemplo, Marx nunca desenvolveu uma compreensão teórica sobre o tema do imperialismo. Sua teoria do valor estaria restrita à Grã-Bretanha e forneceria resultados que interessavam à Grã-Bretanha, mas também permitiria a compreensão do colonialismo e da nova divisão internacional do trabalho sob o neoliberalismo. Para Chakrabarty (2008, p. 47), os textos de Marx “constituem um dos momentos fundadores na história do pensamento anti-imperial”, uma referência inextricável para os estudos pós-coloniais. Chakrabarty não critica Marx por, segundo alega, localizar as origens do capitalismo na Europa, mas porque as categorias universais que ele elabora à luz do modelo europeu acabam por apagar diferenças históricas (2008, p. 48). Os teóricos da dependência e dos sistemas-mundo não oferecem interpretações alternativas substanciais. Para Frank (1978), Ruy Mauro Marini (1976) e Immanuel Wallerstein (1985), Marx focou no centro do sistema e dei-



xou de lado as relações externas, como se o capitalismo fosse compreensível em um centro isolado do mundo. Marx, segundo argumenta Samir Amin, não acreditava numa coincidência real entre seu modelo autocêntrico e seu “objeto” real. Porém, sustentava que a expansão capitalista deveria “homogeneizar a sociedade global na base de uma polarização social generalizada [...] de maneira semelhante de um país ao outro” (1989, p. 121; 1973, p. 73-75).

O fracasso da teoria dos sistemas-mundo em superar esse modelo é a razão pela qual, a despeito de suas contribuições cruciais para a interpretação da interconectividade global, ela não elaborou uma adequada *teoria* do sistema-mundo capitalista (DUSSEL E YANEZ, 1990, p. 69). De uma maneira apenas aparentemente paradoxal, um quadro de referências autocêntrico sustenta interpretações tanto “internalistas” quanto “externalistas” sobre as origens do capitalismo (HILTON, 1976; BHAMBRA, 2007, p. 142). Isso é uma verdade mais óbvia em Robert Brenner (1977). Seu foco exclusivo nos conflitos de classe no campesinato inglês foi criticado por ocultar o papel da classe mercantil, tanto na protoindustrialização na Inglaterra quanto na escravidão agrária do Novo Mundo (CALLINICOS, 1995, p. 133). Brenner ignorou o fato de que a expansão do comércio mundial e a colonização não estavam confinadas às relações de mercado, mas sustentaram a expansão da produção de mercadorias baseada em classes (BLAUT, 1991, p. 371). As interligações entre comércio, colonialismo e relações de classe globais, contudo, ficaram sem teorização também na abordagem dos sistemas-mundo. Wallerstein (1987), por exemplo, identificava a Europa como a origem de seu sistema-mundo (BHAMBRA, 2011, p. 673) e interpretou a expansão de seu sistema-mundo centrado na Europa em termos de relação de mercado. Em *Reorient*, Frank (1998, p. 5) questionou esse quadro de referências por minimizar a centralidade da Ásia antes de 1800 (POMERANZ, 2000), mas não por ser autocêntrico. Ao contrário, sua reconstrução da história econômica global moderna é, portanto, descritiva e se dispersa na multiplicidade.

As teorias do desenvolvimento desigual e combinado (DD&C) partem de uma suposição similar segundo a qual o imperialismo é um estágio posterior do desenvolvimento capitalista, “algo que ocorre como uma consequência do imperativo capitalista de expansão econômica” (BHAMBRA, 2011, p. 676). Acredita-se amplamente que, apenas nas décadas iniciais do século XX, os debates marxistas sobre o imperialismo e a DD&C abordaram a questão “internacional” (ROSENBERG, 2006; CALLINICOS, 2009). Para alguns intelectuais, Marx não apenas falhou em compreender o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, como acreditou nas consequências pacificadoras da interdependência universal (TESCHKE, 2011, p. 1091). Mantendo um quadro de referências autocêntrico, essas considerações são incapazes de romper radicalmente com a unilateralidade. Envolvendo-se com Bhambra (2011) e Hobson (2011), Anievas e Nisancioglu criticam Brenner por “obliterar as histórias do colonialismo, escravidão e imperialismo” que Marx incluiu em suas próprias análises da “acumulação



4 Para Marx (1973, p. 103), a troca originalmente aparece “na conexão das diferentes comunidades uma com as outras, não nas relações entre membros diferentes de uma única comunidade”.


primitiva” (2013, p. 84). No entanto, falham em explicar como essas histórias são incorporadas à teoria do DD&C e como esta se relaciona com a reconstrução da “acumulação primitiva” por Marx. Análises históricas adicionam evidência à interconectividade do desenvolvimento global em vez de sustentar uma perspectiva teórica alternativa. Referências a “multilinearidade” e “interconectividade” são, por conseguinte, nada mais que a contrapartida do arcabouço unilinear pressuposto.

Sociologia conflitantes do Iluminismo escocês

Rastrear as raízes comuns da sociologia clássica e da economia política na teoria dos estágios históricos mostra que esse quadro de referências autocêntrico apenas parcialmente sustentou essas disciplinas em seus primórdios. A teoria dos estágios históricos surgiu na França e na Grã Bretanha, no alvorecer da revolução industrial e dos movimentos revolucionários que abalaram não apenas a Europa, mas o mundo atlântico como um todo (KNIGHT, 2000). Quatro estágios históricos baseados em diferentes modos de subsistência foram distinguidos: caça, pasto, agricultura e comércio (MEEK, 1976, p. 127-128). Com esse quadro de referências materialista, a sociedade emergiu com um objeto de estudo em si mesma. O estudo da sociedade se estendeu desde sociedades comerciais na Europa até sociedades não-ocidentais e uma sociedade global emergente. Dada sua ambição pré-disciplinar e holística, a teoria dos quatro estágios “visava prover teorias do desenvolvimento social como um todo” (ROSENBERG, 2006, p. 308). Essa abordagem histórica sustentou a então emergente economia política clássica (MEEK, 1976, p. 119-221). A economia política clássica, por sua vez, contribuiu para o estudo da sociedade, impulsionando a pesquisa histórica.

Em nenhum lugar essa relação é mais evidente do que em Adam Smith. Suas originais e influentes *Lições em Jurisprudência* provavelmente foram proferidas vários anos antes das primeiras teorias dos estágios históricos serem publicadas na Escócia (MEEK, 1976). *A riqueza das nações* de Smith (1776) se baseia nessa obra: ao combinar métodos históricos e dedutivos, ela começa com categorias abstratas como valor, trabalho e troca e, então, busca ascender a um nível mais concreto de análise. Fundamentalmente, valor, trabalho e troca são conceitos relacionais, o que implica a existência de uma pluralidade de sociedades.⁴ Smith, desta feita, não adotou um quadro de referências autocêntrico ao desenvolver a teoria do valor-trabalho. Ao contrário, ele pressupôs um modelo no qual o Estado-nação e o mundo do comércio coincidem, confundindo o Estado e uma sociedade global, em vez de nacional (SMITH, 1961, I, p. 523). Isso o permitiu conceber a dimensão global da sociedade capitalista como uma totalidade que abrange diferentes estados imperiais e suas colônias.

Smith chegou a argumentar que o capital consiste em trabalho não-pago e, assim, contradizendo o otimismo subjacente ao seu próprio sistema. Ecoan-




5 De fato, isto aconteceu ao mesmo tempo: impulsionada por sua exploração colonial da América, a expansão britânica na Ásia se deu em bases territoriais após a conquista de Bengal em 1757 (HOBSBAWM, 1968).

do Adam Ferguson, ele descreveu os efeitos negativos da divisão do trabalho sobre os trabalhadores, ao admitir que a superprodução no mercado interno requer uma expansão do mercado externo e que o comércio colonial aumenta a taxa de lucro (SMITH, 1961, II, pp. 128-129). Dessa maneira, o capitalismo parece favorecer uma classe contra outra e a nação mais competitiva contra a menos. O antagonismo e a violência de estado pareciam ser intrínsecos ao sistema capitalista, que reproduzia numa nova forma o sistema colonial que Smith criticou. Fundamentalmente, essa visão conflituosa destacou as interligações entre os desenvolvimentos na Europa e no resto do mundo. No livro IV, capítulo VII, *Sobre as Colônias*, por exemplo, Smith analisa “as vantagens gerais que a Europa, considerada como um grande país, obteve com a descoberta e colonização da América”, tanto em termos de “satisfações” quanto de “expansão de sua indústria” (1961, II, p. 92). Smith considera “a descoberta da América e da passagem para as Índias Orientais através do Cabo da Boa Esperança [...] os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade” (1961, II, p. 125), visto que eles uniram as partes mais distantes do mundo e as fizeram interdependentes. Não apenas Smith descreveu o papel dos sistemas colonial e protecionista no desenvolvimento da manufatura inglesa, como também argumentou que “os proprietários do grande capital mercantil são necessariamente os líderes e condutores do conjunto da indústria de todas as nações” (1961, II, p. 113).

A partir deste prisma, podem ser identificadas as interações entre as sociedades que coexistem geograficamente e suas especificidades. Assim, não é surpresa que Smith tenha possivelmente desenvolvido a primeira análise de economia política de sociedades em países asiáticos como a China e a Índia (KRADER, 1975, p. 110). Ele reconheceu a força das manufaturas asiáticas, argumentando que “na manufatura e na indústria, a China e o Indústrião, embora inferiores, parecem não ser mais inferiores do que qualquer parte da Europa” (SMITH, 1961, I, p. 206; WASHBROOK, 1997, p. 418). Muito embora ele considerasse a economia chinesa como estacionária, acreditava que era estacionária em um alto nível de desenvolvimento, ao ponto de declarar que “a China é um país muito mais rico que qualquer parte da Europa” (1961, I, p. 189). Essa análise levou a historicização do capitalismo a um limite que o próprio Smith não poderia ultrapassar. A despeito dos debates sobre seu presumido anti-imperialismo (HOBSON, 2013, p. 1036), é irrefutável que Smith era um apoiador do empreendimento colonial. Em *A Riqueza das Nações*, ele tentou responder à crise do Primeiro Império Britânico - também por conta da crescente rebelião nas colônias norte-americanas - ao propor um “novo projeto de império” em expansão nos populosos e férteis países da Ásia (1961, II, p. 484).⁵

O apoio de Smith ao capitalismo e colonialismo britânicos ajuda a explicar o motivo dele não desenvolver sua teoria do valor consistentemente. No início de *A Riqueza das Nações*, ele afirma que a divisão do trabalho contribui para a “abundância geral”, que “difunde a si mesma por todas as diferentes

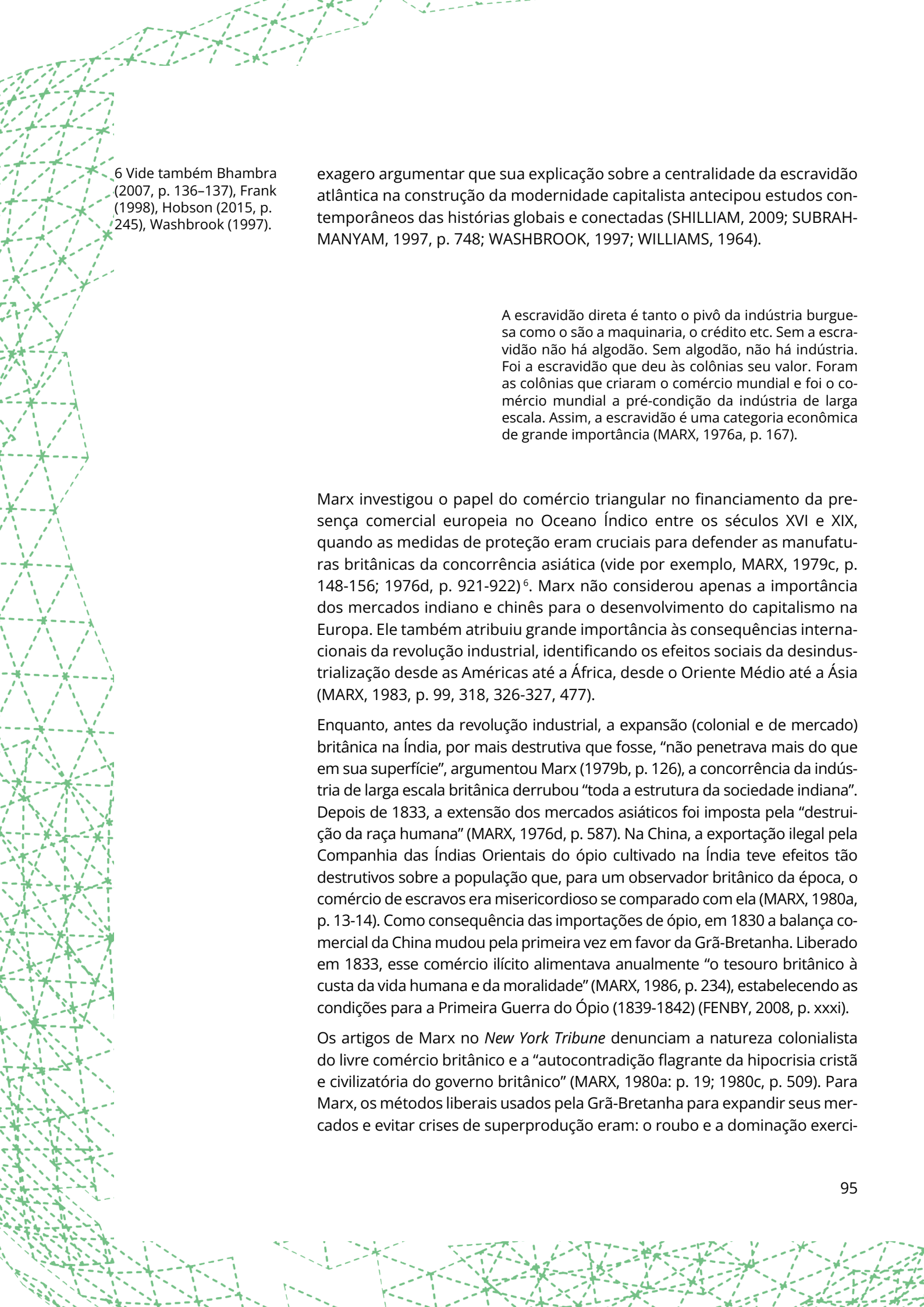


camadas da sociedade” (1961, I, p. 18). Assim, a linguagem do antagonismo de classe e do antagonismo internacional dá lugar à linguagem dos indivíduos e do livre mercado. A violência da acumulação é, ao mesmo tempo, reforçada pelo e ocultada sob o véu do mercado autorregulado. Para Smith, as interações entre produtores e consumidores egoístas levam a um equilíbrio geral entre oferta e demanda, que faz a expansão mercantil e colonial desnecessária. É esse modelo baseado no equilíbrio que fundamenta a visão de uma economia nacional fechada em si mesma, levando a uma mudança da abordagem centrada no trabalho para uma centrada na nação. A tensão entre essas duas abordagens ajuda a explicar o motivo de o cosmopolitismo de Smith sustentar tanto uma teoria rudimentar do imperialismo, como seu oposto, uma teoria do mercado autorregulado.

À luz desta última teoria, Smith argumentou que as vantagens trazidas pelo colonialismo à Europa eram relativas, em vez de absolutas (ou seja, eram menores do que as vantagens que o livre comércio teria trazido, segundo HOBSON, 2013, p. 1036) e concebeu a emergência do capitalismo na Europa dentro um quadro de referências autocêntrico. O mercado mundial parecia ser uma soma de nações potencialmente iguais e independentes, que poderiam todas prosperar num sistema de competição perfeita. Assim, a sociedade comercial europeia parecia coexistir pacificamente com outras sociedades e indicar o *telos* para os seus desenvolvimentos. As relações capitalistas eram apresentadas como leis naturais da sociedade como tal, contra as quais as sociedades pré-capitalistas foram medidas: o nível de divisão do trabalho, a troca comercial e a acumulação de capital foram elevados a princípios normativos (MARX, 1973, p. 87; MEEKS, 1976, p. 154). De maneira tipicamente colonialista, as desigualdades existentes nacional e internacionalmente foram naturalizadas e atribuídas às características intrínsecas de indivíduos e povos inteiros (SANTOS, 2014a, p. 68). Assim, Smith passou a tratar as sociedades ameríndias como o estágio primitivo do desenvolvimento e, a partir disso, desenhou uma linha de desenvolvimento que culminaria na Europa (HOBSON, 2013). Essa narrativa, que é essencialmente a “narrativa do capital”, “transforma a violência da troca mercantil, da guerra, do genocídio, da conquista e do colonialismo em uma história de progresso universal, desenvolvimento, modernização e liberdade” (CHATTERJEE, 1993, p. 235).

Digressões sobre a China?

Os cadernos de anotações de Marx mostram que ele estava ciente das contradições do sistema de Smith desde o começo de seus estudos econômicos, que também incluíram as obras centrais da história mundial de seu tempo. Marx deu especial atenção à relação entre capitalismo e colonialismo. Em continuidade aos economistas “mercantilistas”, ele observou as sociedades europeias como sistemas coloniais, incluindo colônias formais e informais, e situou a revolução industrial na Grã-Bretanha no contexto global. Não é



6 Vide também Bhabra (2007, p. 136-137), Frank (1998), Hobson (2015, p. 245), Washbrook (1997).

exagero argumentar que sua explicação sobre a centralidade da escravidão atlântica na construção da modernidade capitalista antecipou estudos contemporâneos das histórias globais e conectadas (SHILLIAM, 2009; SUBRAHMANYAM, 1997, p. 748; WASHBROOK, 1997; WILLIAMS, 1964).

A escravidão direta é tanto o pivô da indústria burguesa como o são a maquinaria, o crédito etc. Sem a escravidão não há algodão. Sem algodão, não há indústria. Foi a escravidão que deu às colônias seu valor. Foram as colônias que criaram o comércio mundial e foi o comércio mundial a pré-condição da indústria de larga escala. Assim, a escravidão é uma categoria econômica de grande importância (MARX, 1976a, p. 167).

Marx investigou o papel do comércio triangular no financiamento da presença comercial europeia no Oceano Índico entre os séculos XVI e XIX, quando as medidas de proteção eram cruciais para defender as manufaturas britânicas da concorrência asiática (vide por exemplo, MARX, 1979c, p. 148-156; 1976d, p. 921-922)⁶. Marx não considerou apenas a importância dos mercados indiano e chinês para o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Ele também atribuiu grande importância às consequências internacionais da revolução industrial, identificando os efeitos sociais da desindustrialização desde as Américas até a África, desde o Oriente Médio até a Ásia (MARX, 1983, p. 99, 318, 326-327, 477).

Enquanto, antes da revolução industrial, a expansão (colonial e de mercado) britânica na Índia, por mais destrutiva que fosse, “não penetrava mais do que em sua superfície”, argumentou Marx (1979b, p. 126), a concorrência da indústria de larga escala britânica derrubou “toda a estrutura da sociedade indiana”. Depois de 1833, a extensão dos mercados asiáticos foi imposta pela “destruição da raça humana” (MARX, 1976d, p. 587). Na China, a exportação ilegal pela Companhia das Índias Orientais do ópio cultivado na Índia teve efeitos tão destrutivos sobre a população que, para um observador britânico da época, o comércio de escravos era misericordioso se comparado com ela (MARX, 1980a, p. 13-14). Como consequência das importações de ópio, em 1830 a balança comercial da China mudou pela primeira vez em favor da Grã-Bretanha. Liberado em 1833, esse comércio ilícito alimentava anualmente “o tesouro britânico à custa da vida humana e da moralidade” (MARX, 1986, p. 234), estabelecendo as condições para a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) (FENBY, 2008, p. xxxi).

Os artigos de Marx no *New York Tribune* denunciam a natureza colonialista do livre comércio britânico e a “autocontradição flagrante da hipocrisia cristã e civilizatória do governo britânico” (MARX, 1980a: p. 19; 1980c, p. 509). Para Marx, os métodos liberais usados pela Grã-Bretanha para expandir seus mercados e evitar crises de superprodução eram: o roubo e a dominação exerci-

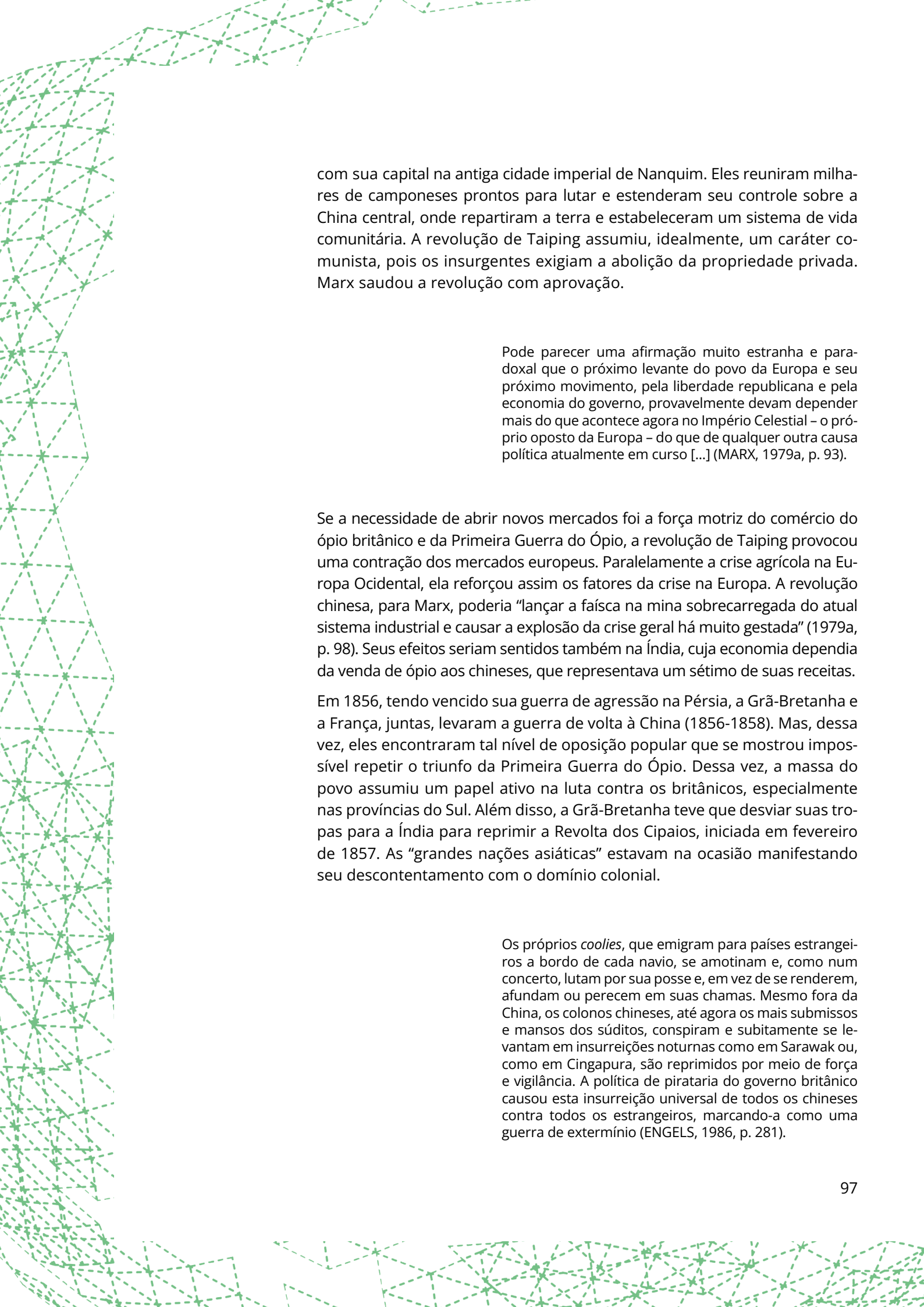
7 Para Marx, a Índia era “um país que exporta mais trabalho do que qualquer país do mundo, exceto provavelmente a China e a Inglaterra [...]” (1976d, p. 446, nota 11).

dos com apoio parlamentar, a violação explícita de tratados, a falsificação de documentos, complôs e dominação da imprensa. Aos seus olhos, o mundo colonial apresentava uma privilegiada perspectiva para analisar a sociedade capitalista. “A profunda hipocrisia e a barbárie inerente à civilização burguesa se desvela diante de nossos olhos. Enquanto, em sua pátria, ela assume formas respeitáveis, nas colônias se transforma, onde anda nua” (1979d, p. 222). A devastação social em países como Índia e China foi o resultado orgânico do processo de concentração de capital em escala mundial (1979d, p. 222). A “irmandade universal” oferecida pelos adeptos do livre comércio não passava de “exploração cosmopolita”: não apenas uma classe, mas uma nação inteira poderia enriquecer às custas de outra (MARX, 1976b, p. 464-465).

No entanto, Marx inicialmente considerou provável a abertura e subjugação da China, embora mantivesse a esperança de que uma revolução social vitoriosa na Europa pudesse levar à emancipação da humanidade (MARX, ENGELS, 1976). Em janeiro de 1850, o tom mudou. Na mesma *Nova Gazeta Renana* em que Marx e Engels discutem a descoberta das minas de ouro californianas e profetizam que o centro de gravidade do comércio mundial se deslocaria para o Oceano Pacífico, eles se referem às comunicações de Gutzlaff sobre a ameaça de revolução social na China e imaginam reacionários europeus fugindo da revolução para encontrar na Grande Muralha a inscrição “*República chinesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade*” (1978, p. 267).

Durante a Primeira Guerra do Ópio, a resistência chinesa caracterizou-se por práticas militares tradicionais e não se espalhou entre a população. A dinastia Manchu estava bastante interessada em acabar com a guerra rapidamente para evitar uma explosão de descontentamento interno. Mas a derrota da China e os tratados desiguais que se seguiram determinaram um crescimento do pauperismo e da emigração, fomentando o descontentamento social e o ódio aos estrangeiros que então existia. Desenvolveu-se um sistema de migração de mão-de-obra contratada que era comumente chamado de “venda de porcos”. O tráfico de *coolies* – trabalhadores em condições de escravidão ou semiescravidão, muitas vezes recrutados por meios fraudulentos – cresceu paralelamente à integração da Ásia ao mercado mundial⁷ e respondeu à necessidade vital dos fazendeiros das Índias Ocidentais diante da escassez de mão de obra ocorrida após a emancipação dos escravos (CAMPBELL, 2005: p. 7; WILLIAMS, 1964, p. 28-29). Em seus artigos, Marx denuncia os “erros infligidos ‘até a morte’ sobre emigrantes desencaminhados e forçados, que eram vendidos, na costa do Peru e em Cuba, em condições piores do que a escravidão” (1986, p. 235).

Após a Primeira Guerra do Ópio, “o ópio animava em vez de entorpecer”: proliferaram os ataques contra estrangeiros, levando a um estado de “rebelião crônica” que durou pelo menos dez anos e desencadeou a “formidável revolução” dos Taiping (1979a, p. 93). Os insurgentes pretendiam derrubar a dinastia Manchu e proclamar o “Reino Celestial da Grande Paz”




com sua capital na antiga cidade imperial de Nanquim. Eles reuniram milhares de camponeses prontos para lutar e estenderam seu controle sobre a China central, onde repartiram a terra e estabeleceram um sistema de vida comunitária. A revolução de Taiping assumiu, idealmente, um caráter comunista, pois os insurgentes exigiam a abolição da propriedade privada. Marx saudou a revolução com aprovação.

Pode parecer uma afirmação muito estranha e paradoxal que o próximo levante do povo da Europa e seu próximo movimento, pela liberdade republicana e pela economia do governo, provavelmente devam depender mais do que acontece agora no Império Celestial – o próprio oposto da Europa – do que de qualquer outra causa política atualmente em curso [...] (MARX, 1979a, p. 93).

Se a necessidade de abrir novos mercados foi a força motriz do comércio do ópio britânico e da Primeira Guerra do Ópio, a revolução de Taiping provocou uma contração dos mercados europeus. Paralelamente a crise agrícola na Europa Ocidental, ela reforçou assim os fatores da crise na Europa. A revolução chinesa, para Marx, poderia “lançar a faísca na mina sobrecarregada do atual sistema industrial e causar a explosão da crise geral há muito gestada” (1979a, p. 98). Seus efeitos seriam sentidos também na Índia, cuja economia dependia da venda de ópio aos chineses, que representava um sétimo de suas receitas.

Em 1856, tendo vencido sua guerra de agressão na Pérsia, a Grã-Bretanha e a França, juntas, levaram a guerra de volta à China (1856-1858). Mas, dessa vez, eles encontraram tal nível de oposição popular que se mostrou impossível repetir o triunfo da Primeira Guerra do Ópio. Dessa vez, a massa do povo assumiu um papel ativo na luta contra os britânicos, especialmente nas províncias do Sul. Além disso, a Grã-Bretanha teve que desviar suas tropas para a Índia para reprimir a Revolta dos Cipayos, iniciada em fevereiro de 1857. As “grandes nações asiáticas” estavam na ocasião manifestando seu descontentamento com o domínio colonial.

Os próprios *coolies*, que emigram para países estrangeiros a bordo de cada navio, se amotinam e, como num concerto, lutam por sua posse e, em vez de se renderem, afundam ou perecem em suas chamas. Mesmo fora da China, os colonos chineses, até agora os mais submissos e mansos dos súditos, conspiram e subitamente se levantam em insurreições noturnas como em Sarawak ou, como em Cingapura, são reprimidos por meio de força e vigilância. A política de pirataria do governo britânico causou esta insurreição universal de todos os chineses contra todos os estrangeiros, marcando-a como uma guerra de extermínio (ENGELS, 1986, p. 281).

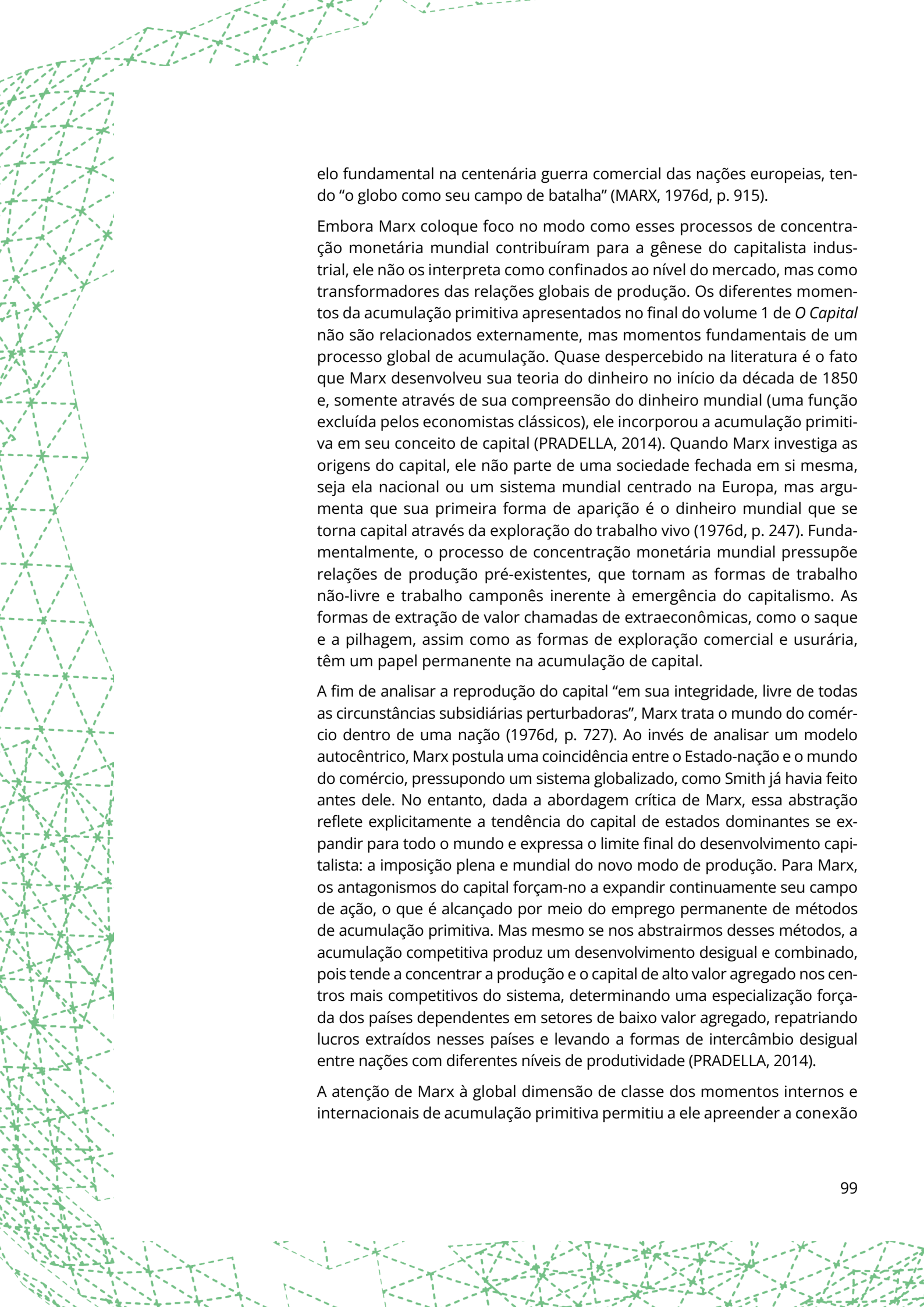


Marx previu que o tratado de Tientsin de 1858 tornaria inevitável o retorno das hostilidades, como realmente aconteceu um ano depois na Terceira Guerra do Ópio (1859-1860). Mas, desta vez a reação chinesa foi severa: tanto o exército quanto a economia resistiam consideravelmente. Enquanto as exportações chinesas aumentaram, as importações de mercadorias ocidentais estagnaram. Isso se deveu em parte ao estado crônico de agitação social no país (MARX, 1980b, p. 32) e ao declínio do comércio de ópio em relação à importação de mercadorias industriais do ocidente. Mas, independentemente desses fatores, para Marx as causas da resistência da produção chinesa eram estruturais. Ao contrário da Índia, os britânicos não conseguiram conquistar o país e tomar o poder do Estado e, portanto, não conseguiram derrubar a base da economia chinesa: a união entre indústria doméstica e agricultura. Por causa de seus altos níveis de produtividade, a indústria nacional chinesa conseguiu manter os preços baixos e garantir condições de vida confortáveis à população rural (MARX, 1981, p. 452). Assim, Marx achava extremamente improvável, mesmo após a Terceira Guerra do Ópio, que os britânicos fossem capazes de suplantam a produção manufatureira chinesa ou conquistar o país (1980d, p. 539).

A permanente história de violência do capital

O que se interpõe entre a aparente celebração de Marx e Engels da “civilização” burguesa nas conhecidas passagens do *Manifesto Comunista* (MARX, ENGELS, 1976, p. 488) e o apoio entusiástico à revolução de Taiping na menos conhecida *Nova Gazeta Renana* de 1850? Os anos de 1848 a 1850 foram marcados pela derrota revolucionária na Europa e revolta anticolonial na Ásia. Embaralhando os entendimentos eurocêntricos de revolução, os eventos de Taiping revelaram a ação coletiva dos povos não-ocidentais, impelindo Marx ainda mais para compreender as crises e para fundamentar sua crítica ao capitalismo e ao colonialismo nos conflitos reais, não apenas dos trabalhadores metropolitanos, mas também dos colonizados.

A China não foi uma digressão. Na última parte do volume 1 de *O Capital*, onde Marx aborda a assim chamada acumulação primitiva, o autor busca superar a separação entre história e teoria. Desvelando a história de violência permanente do capital, ele apresenta o papel fundamental desempenhado pelo Estado na acumulação de capital, inter-relacionando organicamente processos de construção do Estado e do império. Antecipando a percepção de John Brewer (1989) sobre a natureza centralizada e global do sistema estatal inglês, Marx apresentou o papel deste, tanto no conflito de classes no interior da Inglaterra, quanto no estímulo à concentração do dinheiro mundial (na forma de capital mercantil e usurário) que mais tarde foi investido na indústria de grande escala. O colonialismo, a escravidão e a pilhagem foram cruciais para este último processo e não se limitaram a uma “pré-história” do capital. Marx considerou que as Guerras do Ópio eram um




elo fundamental na centenária guerra comercial das nações europeias, tendo “o globo como seu campo de batalha” (MARX, 1976d, p. 915).

Embora Marx coloque foco no modo como esses processos de concentração monetária mundial contribuíram para a gênese do capitalista industrial, ele não os interpreta como confinados ao nível do mercado, mas como transformadores das relações globais de produção. Os diferentes momentos da acumulação primitiva apresentados no final do volume 1 de *O Capital* não são relacionados externamente, mas momentos fundamentais de um processo global de acumulação. Quase despercebido na literatura é o fato que Marx desenvolveu sua teoria do dinheiro no início da década de 1850 e, somente através de sua compreensão do dinheiro mundial (uma função excluída pelos economistas clássicos), ele incorporou a acumulação primitiva em seu conceito de capital (PRADELLA, 2014). Quando Marx investiga as origens do capital, ele não parte de uma sociedade fechada em si mesma, seja ela nacional ou um sistema mundial centrado na Europa, mas argumenta que sua primeira forma de aparição é o dinheiro mundial que se torna capital através da exploração do trabalho vivo (1976d, p. 247). Fundamentalmente, o processo de concentração monetária mundial pressupõe relações de produção pré-existentes, que tornam as formas de trabalho não-livre e trabalho camponês inerente à emergência do capitalismo. As formas de extração de valor chamadas de extraeconômicas, como o saque e a pilhagem, assim como as formas de exploração comercial e usurária, têm um papel permanente na acumulação de capital.

A fim de analisar a reprodução do capital “em sua integridade, livre de todas as circunstâncias subsidiárias perturbadoras”, Marx trata o mundo do comércio dentro de uma nação (1976d, p. 727). Ao invés de analisar um modelo autocêntrico, Marx postula uma coincidência entre o Estado-nação e o mundo do comércio, pressupondo um sistema globalizado, como Smith já havia feito antes dele. No entanto, dada a abordagem crítica de Marx, essa abstração reflete explicitamente a tendência do capital de estados dominantes se expandir para todo o mundo e expressa o limite final do desenvolvimento capitalista: a imposição plena e mundial do novo modo de produção. Para Marx, os antagonismos do capital forçam-no a expandir continuamente seu campo de ação, o que é alcançado por meio do emprego permanente de métodos de acumulação primitiva. Mas mesmo se nos abstrairmos desses métodos, a acumulação competitiva produz um desenvolvimento desigual e combinado, pois tende a concentrar a produção e o capital de alto valor agregado nos centros mais competitivos do sistema, determinando uma especialização forçada dos países dependentes em setores de baixo valor agregado, repatriando lucros extraídos nesses países e levando a formas de intercâmbio desigual entre nações com diferentes níveis de produtividade (PRADELLA, 2014).

A atenção de Marx à global dimensão de classe dos momentos internos e internacionais de acumulação primitiva permitiu a ele apreender a conexão



8 Segundo Marx (1976d, p. 925), “Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão sans phrase do Novo Mundo”.

intrínseca entre esses momentos, abalando a separação entre interpretações internalistas e externalistas acerca da origem do capitalismo. Para Marx, o Ocidente não forjou “seu compromisso característico com a modernidade antes da dominação ultramarina”, mas sim através dela (PRAKASH, 1999, p. 12). Como o capital é inerentemente global, sua universalização não é entendida em termos difusionistas como a expansão do novo modo de produção do centro para a periferia (BLAUT, 1993). Em vez de distorcer “o significado de outras formas de trabalho que eram predominantes na época em que Marx escrevia” (BHAMBRA, 2011), ele concebeu o antagonismo entre trabalho assalariado e capital como uma tendência global, que abrangia e reproduzia relações de exploração e de opressão colonial e imperialista. Em sua expansão mundial, o capitalismo integra e reproduz formas de exploração diferentes da relação de trabalho assalariado, como o trabalho não-livre ou trabalho camponês (BANAJI, 2010)⁸. Essas formas não são entendidas apenas em termos sincrônicos como funcionais à reprodução do capitalismo (SHILLIAM, 2009, p. 83). Os artigos de Marx sobre a China mostram que a acumulação gera constantemente uma hierarquia de formas de exploração do trabalho dentro do sistema colonial britânico altamente integrado. É por isso que Marx argumenta que o mercado de trabalho propriamente capitalista é um “tráfico de carne humana”, uma nova forma de tráfico de escravos (1976d, p. 378-379).


Ao incorporar a acumulação primitiva em sua teoria do capital, Marx considerou o colonialismo e o imperialismo como elementos constitutivos do desenvolvimento do capitalismo. Mas Marx deu outro passo à frente em relação às teorias contemporâneas de desenvolvimento desigual e combinado. Ele identificou as leis gerais da “interação intersocietária” na sociedade capitalista, a começar pela lei absoluta e geral do desenvolvimento capitalista: a lei do empobrecimento da classe trabalhadora. Ao olhar para a Grã-Bretanha como um sistema imperialista, ao conceituar o processo de acumulação de capital em escala global, Marx apreendeu as interrelações entre trabalho e condições de vida dos trabalhadores em nível internacional. Assim, ele pôde também compreender a interconexão de diferentes modos de transformação social. Seus artigos sobre a China contradizem a visão, que Hobson (2011) lhe atribui, de que os britânicos “sozinhos podem colocar o Oriente no caminho do desenvolvimento capitalista”. Ao contrário, Marx prevê que os britânicos não iriam conquistar a China e enxerga a resistência anticolonial como condição tanto para o ressurgimento da China na economia mundial, quanto para o reforço recíproco dos movimentos sociais e trabalhistas em todo o mundo. Esse potencial de lutas anticoloniais e de solidariedade internacional revela a possibilidade de cooperação em oposição à lógica unilinear do desenvolvimento capitalista e, assim, rompe com concepções eurocêntricas da história.

Conclusão

A colonização é um assunto que “deve ser estudado detalhadamente, para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador quando pode modelar o mundo segundo sua própria imagem sem nenhuma interferência” (MARX, 1976d, p. 916). Em *O Capital*, Marx reafirma a centralidade do Sul para desvendar o “segredo” da acumulação de capital. Meu artigo empregou as análises de Marx e Smith sobre a relação entre capitalismo e colonialismo como uma lente para interrogar os passados globais da sociologia. Primeiro, mostrei que Smith incorporou a dinâmica do império em suas categorias básicas. Sua obra, pedra angular da sociologia clássica e da economia política, deve ser compreendida dentro da construção ideológica geral do capitalismo: uma construção carregada de contradições, que sempre se deram em meio a contestações e resistências. Elaborada no alvorecer das revoluções atlânticas, a teoria do valor de Smith estabeleceu as condições para a compreensão da interconexão do desenvolvimento global e da história global. Mas essa perspectiva divergia da naturalização smithiana do capitalismo, que postulava uma estrutura autocêntrica que estaria cada vez mais dissociada da violência colonial da modernidade e das lutas dos colonizados.

Os cadernos de Marx mostram que ele estava atento à relação entre capitalismo, colonialismo e história mundial desde o início de seus estudos econômicos. Foi em seus artigos sobre a China, no entanto, que ele reconheceu pela primeira vez a agência dos povos do Sul. Ele foi um dos primeiros intelectuais europeus que apoiaram as lutas dos colonizados. O aprendizado de Marx acerca do Sul influenciou sua compreensão do desenvolvimento global e da história global. Marx não apenas tomou consciência da força das economias asiáticas, mas também negou a inevitabilidade do colonialismo na China. Ao olhar para a tradição viva das revoltas camponesas da China, ele viu as sementes para uma revolução nacional que poderia surgir e se conectar com uma revolução social na Europa. Assim, os povos colonizados apareciam como sujeitos não apenas de sua própria história, mas também, crucialmente, da política mundial. Este foi o primeiro passo de um processo de crescente interesse de Marx por formas de resistência e conhecimento elaboradas no Sul (vide ANDERSON, 2010; PRADELLA, 2014; KRADER, 1975).

Confrontar essas formas de prática e conhecimento foi crucial para Marx elaborar ainda mais sua teoria do valor-trabalho e desenvolver um arcabouço que explica satisfatoriamente a interconexão entre desenvolvimento global e práticas transformadoras. A crítica da economia política de Marx em *O Capital* inclui o colonialismo e o imperialismo como constitutivos do desenvolvimento capitalista desigual e combinado e, simultaneamente, identifica as leis gerais desse desenvolvimento. O capital emerge como um sistema globalizante que abrange diferentes formas de exploração e opressão e que depende de uma classe trabalhadora que é diversificada, mas ainda é, para sua constituição, uma classe trabalhadora global unitária. Revelar as raízes do capital nessa classe trabalhadora global expõe o potencial de solidarie-



dade internacional que pode existir no mundo moderno, bem como uma alternativa civilizatória que rompe com os relatos eurocêntricos da história.

Essa interpretação contradiz a suposição generalizada de que o 'social' foi originalmente concebido tendo como referência o núcleo metropolitano isolado das colônias. Meu artigo abordou uma corrente sociológica alternativa que contrapõe perspectivas de grupos sociais explorados e oprimidos à lógica e às narrativas do capital, podendo assim contribuir para a autocompreensão de uma sociedade global cada vez mais unificada, porém desigual. Essa reconstrução dos passados globais da sociologia aponta para a importância de reconectar a sociologia e a crítica da economia política no contexto das epistemologias do Sul. A superação da separação entre teoria e história, de fato, não é apenas uma questão de progressão do conhecimento, mas, como argumenta Santos (2014b), está vinculada a um projeto emancipatório para além do capitalismo a partir das vivências e lutas de grupos sociais oprimidos. É nessa conexão entre teoria e prática emancipatória que reside a possibilidade de futuros globais da sociologia. Como Edward Said certa vez argumentou (1988, p. viii), a experiência dos subalternos pode se tornar a fonte de um conhecimento integrador que articula resistência à enormidade da dominação comum.

Agradecimentos

Agradeço a Gurminder Bhambra e Boaventura de Sousa Santos, bem como aos dois revisores anônimos, por seus úteis comentários.

Referências

Amin, S., *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Sussex: The Harvester Press, 1973.


Amin, S. *Eurocentrism*. New York: Monthly Review Press, 1989.

Amselle, J. L. *Logiques métisses: Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot, 1990.

Anderson, K. B. *Marx at the Margins*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

Anievas, A.; Nisancioglu, K. What's at stake in the transition debate? Rethinking the origins of capitalism and the 'Rise of the West'. *Millennium*, v. 42, n. 1, p. 78-102, 2013.

Banaji, J. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden and Boston: Brill, 2010.



Bhabra, G. K. *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007a.

Bhabra, G. K. Sociology and Postcolonialism: Another 'Missing' Revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871–884, 2007b.

Bhabra, G. K. Talking among themselves? Weberian and Marxist historical sociologies as dialogues without others. *Millennium*, v. 39, n. 3, p. 667–681, 2011.

Blaut, J. M. Robert Brenner in the tunnel of time. *Antipode*, v. 26, n. 4, p. 351–374, 1991.

Blaut, J. M. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. London: The Guilford Press, 1993.

Brenner, R. The origins of capitalist development: A critique of neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, v. 104, p. 25–92, 1997.

Brewer, J. *The Sinews of Power: War, Money, and the English State, 1688–1783*. London: Unwin Hyman, 1989.

Callinicos, A. *Theories and Narratives: Reflections on the Philosophy of History*. Cambridge: Polity, 1995.

Callinicos, A. *Imperialism and the Global Political Economy*. Cambridge: Polity, 2009.

Callinicos, A.; Rosenberg, J. Uneven and combined development: the social-relational substratum of 'the International'? *Cambridge Review of International Affairs*, v. 21, n. 1, p. 77–112, 2008.

Campbell, G. *Abolition and its Aftermath in Indian Ocean, Africa and Asia*. Oxon CA and New York: Routledge, 2005.

Chatterjee, P. *The Nation and its Fragments*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

Chaturvedi, V. (Org.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2010.

Connell, R. *Southern Theory*. Cambridge: Polity Press, 2007.


Dussel, E.; Yanez, A. Marx's Economic Manuscripts of 1861–1863 and the 'concept' of dependency. *Latin American Perspectives*, v. 17, n. 2, p. 62–101, 1990.

Engels, F. Persia - China (June 5, 1857). In: Marx, F.; Engels, F. *Collected Works*, v. 15. London: Lawrence & Wishart, p. 278–283, 1986.

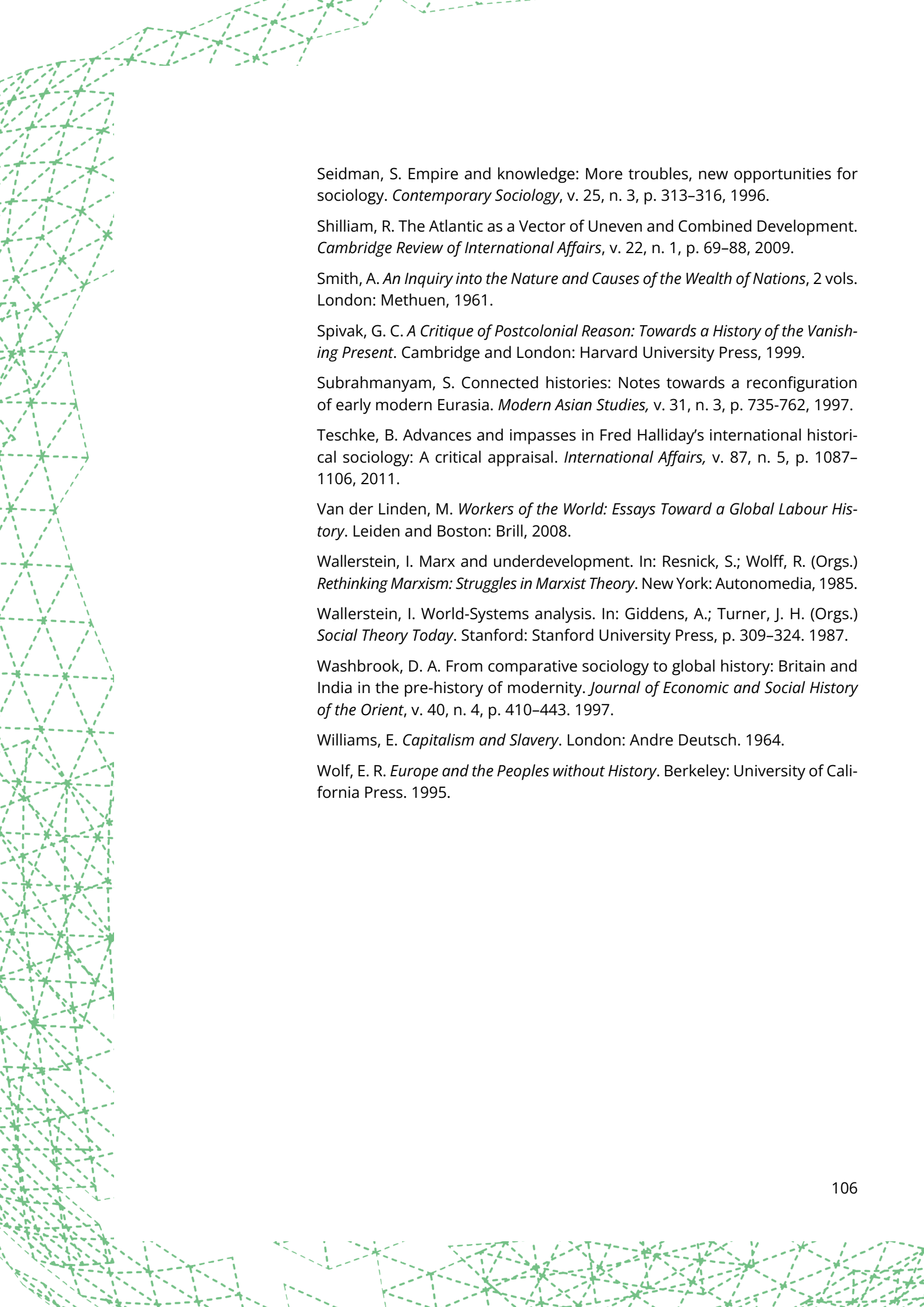
Fenby, J. *The Penguin History of Modern China: The Fall and Rise of a Great Power, 1850–2008*. London: Allen Lane, 2008.

Frank, A. G. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*. London and Basingstoke: Macmillan, 1978.

Frank, A. G. *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

- 
- Hilton, R. (Org.) *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: NLB, 1976.
- Hobsbawm, E. J. *Industry and Empire*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1968.
- Hobson, J. M. What's at stake in the neo-Trotskyist debate? Towards a non-Eurocentric historical sociology of uneven and combined development. *Millennium*, v. 40, n. 1, p. 147–166, 2011.
- Hobson, J. M. Part 1—Revealing the Eurocentric foundations of IPE: A critical historiography of the discipline from the classical to the modern era. *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 5, p. 1024–1054, 2013.
- Hobson, J.M. The Eastern origins of the rise of the West and the 'return of Asia'. *East Asia*, v. 32, p. 239–255, 2015.
- Keim, W; Çelik, E.; Ersche, C. *et al. Global Knowledge Production in the Social Sciences*. Farnham: Ashgate, 2014.
- Knight, F. W. The Haitian Revolution. *American Historical Review*, v. 105, n. 1, p. 103–116, 2000.
- Krader, L. *The Asiatic Mode of Production: Sources, Development and Critique in the Writings of Karl Marx*. Assen: Van Gorcum, 1975.
- Marini, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Mexico DF: Ediciones Era, 1973.
- Marx, K. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- Marx, K. *The Poverty of Philosophy*. In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 6. London: Lawrence & Wishart, p. 105–212, 1976a.
- Marx, K. Speech on the question of free trade. In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 6. London: Lawrence & Wishart, p. 450–465, 1976b.
- Marx, K. *Capital: A Critique of Political Economy, Volume I*. Harmondsworth: Penguin, 1976d.
- Marx, K. Revolution in China and in Europe (June 14, 1853). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 12. London: Lawrence & Wishart, p. 93–100, 1979a.
- Marx, K. The British rule in India (June 25, 1853). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 12. London: Lawrence & Wishart, p. 125–133, 1979b.
- Marx, K. The East Indian Company: its history and results (July 11, 1853). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 12. London: Lawrence & Wishart, p. 148–156, 1979c.
- Marx, K. The future results of British rule in India (July 22, 1853). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 12. London: Lawrence & Wishart, p. 217–222, 1979d.
- Marx, K. History of the Opium Trade (September 20 and 25, 1858). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 16. London: Lawrence & Wishart, p. 13–20, 1980a.
- Marx, K. The Anglo-Chinese Treaty (October 5, 1858). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 16. London: Lawrence & Wishart, p. 28–32, 1980b.

- Marx, K. The New Chinese War (September 27, October 1, 10 and 18, 1859). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 16. London: Lawrence & Wishart, p. 508–524, p. 1980c.
- Marx, K. Trade with China (December 3, 1859). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 16. London: Lawrence & Wishart, p. 536–539, 1980d.
- Marx, K. *Capital, Volume 3*. Harmondsworth: Penguin, 1981.
- Marx, K. Exzerpte und Notizen. September 1846 bis Dezember 1847. In: Marx, K.; Engels, F. *Gesamtausgabe, Fourth Section*, v. 6. Berlin: Dietz, 1983.
- Marx, K. Chinese Affairs (July 7, 1862). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 19. London: Lawrence & Wishart, p. 216–218, 1984.
- Marx, K. English atrocities in China (April 10, 1857). In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 15. London: Lawrence & Wishart, p. 232–235, 1986.
- Marx, K.; Engels, F. Manifesto of the communist party. In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 6. London: Lawrence & Wishart, p. 477–519, 1976.
- Marx, K; Engels, F. Review, January-February 1850. In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*, v. 10. London: Lawrence & Wishart, p. 257–270, 1978.
- Meek, R. *Social Science and the Ignoble Savage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- Pomeranz, K. *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Pradella, L. Beijing between Smith and Marx. *Historical Materialism*, v. 18, n. 1, p. 88–109, 2010.
- Pradella, L. *Globalization and the Critique of Political Economy: New Insights from Marx's Writings*. London and New York: Routledge, 2014.
- Pradella, L. Postcolonial theory and the making of the world working class. *Critical Sociology*. v. 43, n. 4-5, p. 573-586, 2017.
- Prakash, G. *Another Reason: Science and the Imagination of Modern India*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- Rosenberg, J. Why Is there no international historical sociology? *European Journal of International Relations*, v. 12, n. 3, p. 307–340, 2006.
- Said, E. W. *Orientalism*. London: Penguin, 1978.
- Said, E. W. Foreword. In: Guha and GC Spivak (Orgs) *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988.
- Santos, B. S. *Conversations in Postcolonial Thought* (edited by KP Sian). London: Palgrave Macmillan, p. 63–80, 2014a.
- Santos, B. S. *Epistemologies of the South: Justice against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014b.



Seidman, S. Empire and knowledge: More troubles, new opportunities for sociology. *Contemporary Sociology*, v. 25, n. 3, p. 313–316, 1996.

Shilliam, R. The Atlantic as a Vector of Uneven and Combined Development. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 22, n. 1, p. 69–88, 2009.

Smith, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 2 vols. London: Methuen, 1961.

Spivak, G. C. *A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present*. Cambridge and London: Harvard University Press, 1999.

Subrahmanyam, S. Connected histories: Notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997.

Teschke, B. Advances and impasses in Fred Halliday's international historical sociology: A critical appraisal. *International Affairs*, v. 87, n. 5, p. 1087–1106, 2011.

Van der Linden, M. *Workers of the World: Essays Toward a Global Labour History*. Leiden and Boston: Brill, 2008.

Wallerstein, I. Marx and underdevelopment. In: Resnick, S.; Wolff, R. (Orgs.) *Rethinking Marxism: Struggles in Marxist Theory*. New York: Autonomedia, 1985.

Wallerstein, I. World-Systems analysis. In: Giddens, A.; Turner, J. H. (Orgs.) *Social Theory Today*. Stanford: Stanford University Press, p. 309–324. 1987.

Washbrook, D. A. From comparative sociology to global history: Britain and India in the pre-history of modernity. *Journal of Economic and Social History of the Orient*, v. 40, n. 4, p. 410–443. 1997.

Williams, E. *Capitalism and Slavery*. London: Andre Deutsch. 1964.

Wolf, E. R. *Europe and the Peoples without History*. Berkeley: University of California Press. 1995.